



CIES e-Working Paper N.º 223/2019

As retóricas económicas da saída da crise

Fernando Ampudia de Haro

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Fernando Ampudia de Haro é professor auxiliar na Universidade Europeia e investigador integrado no CIES-IUL. Licenciado e doutorado em Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid. Mestre em Economia Social e Solidária pelo ISCTE-IUL. Tem publicado trabalhos nas áreas da sociologia histórica, sociologia política, sociologia das emoções, sociologia da cultura e sociologia económica. Interesses de investigação: processos civilizacionais (mudança social e cultural; valores e mentalidade); governamentalidade e racionalidades político-económicas. E-mail: fernando.haro@iscte-iul.pt.

Abstract

O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise crítica dos modelos retóricos utilizados por diferentes autores (economistas, jornalistas económicos e analistas da atualidade político-económica) nas suas propostas para solucionar os problemas derivados da crise económica em Portugal. A principal referência teórica é a obra de Albert O. Hirschman, *The Rhetoric of Reaction* (A Retórica da Intransigência), da qual são retiradas três teses que constituem a grelha conceptual para a análise: reconstrução radical, sinergia e dinâmica favorável da história. O texto parte de uma reflexão global sobre a vertente cultural da ideia de crise, para posteriormente analisar as modalidades retórico-argumentativas utilizadas por um grupo específico de autores (João Ferreira do Amaral, Pedro Adão e Silva, Ricardo Paes Mamede, José Gomes Ferreira e Camilo Lourenço) nas medidas que oferecem para tirar Portugal da crise económico-financeira. Finalmente, é efetuada uma reflexão crítica sobre as retóricas argumentativas expostas, dando uma especial atenção à visão que transmitem sobre a mudança social e a ação humana.

Keywords: crise, economia, ciência económica, mudança social, Portugal.

Introdução

Desde 2008 que a crise económico-financeira tem sido objeto de inúmeras publicações. Hoje são praticamente incontáveis os livros que se debruçaram sobre as suas causas e o seu impacto. Portugal, como é óbvio, não foi alheio a este fenómeno. O mercado editorial está povoado de textos que abordam a situação do país e que oferecem soluções para os problemas associados à crise.¹ Em consequência, não têm faltado nem os diagnósticos, nem as receitas. Estes livros são o sintoma da pujança que a ciência económica, enquanto saber social, possui no debate público. Este debate tem sido desenvolvido por economistas, na qualidade de peritos, mas também por comentadores e analistas que opinam sobre a realidade económica. Como tal, estes livros e os seus autores são os protagonistas deste trabalho.

O meu objetivo é analisar a retórica argumentativa utilizada por um grupo desses textos, focando a atenção num tema específico: a saída da crise económico-financeira. Sair da crise passa por identificar as prioridades e as medidas que devem ser tomadas para colocar o país no caminho da recuperação. Significa também estabelecer a estratégia e as decisões que, em matéria de política económica, visam melhorar Portugal, gerando mudanças na sua estrutura e no seu funcionamento. Portanto, examinar-se-ão os

¹ Uma pesquisa não exaustiva efetuada no catálogo *online* da livraria Bertrand sobre os conceitos de “crise económica” e “crise Portugal” produziu os seguintes resultados sobre publicações da crise na sua vertente portuguesa ou internacional: *O Colapso de Um Bilião de Dólares. Dinheiro Fácil, Apostas Elevadas e a Grande Crise do Crédito* (2008), de Charles R. Morris; *A Crise Ninja e Outros Mistérios da Economia Actual Explicados de Forma Simples e Optimista* (2009), de Leopoldo Abadía; *A Reconstrução do Sistema Financeiro Global. Como Evitar as Crises Financeiras do Século XXI* (2009), de Martin Wolf; *Crise. As Causas da Crise Económica e Financeira. Soluções para o FUTURO de PORTUGAL e do Mundo* (2009); *O Regresso da Economia da Depressão e a Crise Actual* (2009), de Paul Krugman; *Labirintos da Crise Financeira Internacional (2007-2010)* (2010), de José Manuel Rolo; *Economia de Crise. Um Curso Intensivo sobre o Futuro da Finança* (2010), de Nouriel Roubini e Stephen Mihm; *Tempos Difíceis, Decisões Urgentes. Que Soluções para Um Portugal em Crise?* (2010), de Manuel Pedroso Marques; *Portugal em Crise. Pela Reforma Global do Sistema Político e das Políticas Públicas* (2011), de Fernando dos Reis Condesso; *Portugal e a Europa em Crise. Para Acabar com a Economia de Austeridade* (2011), de José Reis e João Rodrigues; *Portugal na Hora da Verdade. O Que Fazer para Vencermos a Crise Nacional* (2011), de Álvaro Santos Pereira; *As 10 Questões da Crise. Como É Que Saímos desta?* (2011), de João César das Neves; *Conversas sobre a Crise. Portugal, a Europa e o Mundo* (2012), de Teresa de Sousa e Luís Amado; *A Dívidadura. Portugal na Crise do Euro* (2012), de Mariana Mortágua e Francisco Louçã; *As Pessoas, a Vida... e a Economia. Tempos de Crise mas com Esperança* (2013), de António Gomes Mota; *O Fim do Euro em Portugal? Como Chegámos à Crise Actual* (2014), de Pedro Braz Teixeira; *Crise e Crises em Portugal* (2016), de Carlos Leone; *Portugal e a Crise Global. Só a Águia Voa Sozinha* (2016), de Adriano Moreira; *Os Fracos São os Que Sofrem Mais? A Crise da Europa e a Estabilidade Global Ameaçada* (2016), de Yanis Varoufakis, e *Crise e Castigo. Os Desequilíbrios e o Resgate da Economia Portuguesa* (2016), de Fernando Alexandre, Luís Aguiar-Conraria e Pedro Bação.

argumentos utilizados para justificar as transformações de que precisa a economia portuguesa, assim como o sentido geral que estas decisões imprimem na sua evolução. Esta análise tem como precedente um trabalho anterior (Ampudia de Haro, 2013, 2015), onde me debrucei sobre estas questões. Naquele momento, o foco foram os porquês da crise em Portugal e não tanto as soluções. A grelha analítica utilizada procedia da obra *A Retórica da Intransigência*, de Albert O. Hirschman (2001). O autor identifica três linhas retóricas historicamente reacionárias e tradicionalmente opostas ao avanço dos direitos civis, políticos e sociais: a tese da perversidade, da futilidade e do risco. Para o presente texto, adoto novamente o texto de Hirschman (2001), embora utilize três teses diferentes, bastante menos conhecidas e relativamente pouco trabalhadas: a tese da reconstrução radical, das sinergias e da dinâmica favorável da história. Para Hirschman, estas teses são a contrapartida histórica das teses reacionárias ou, por outras palavras, as suas parentes progressistas.

De acordo com isto, num primeiro momento, recupero sinteticamente uma série de reflexões gerais sobre o papel que o saber económico desempenha na nossa sociedade, às quais acrescento diversas considerações de cariz teórico sobre a noção de "crise" e a sua relação com os conceitos de "narração" e "crítica". Num segundo momento, apresento os livros que serão analisados, identificando as suas características principais e os critérios de seleção que foram aplicados. Num terceiro momento, introduzo a questão dos esquemas retóricos e da sua utilização na ciência económica para, seguidamente, proceder à análise dos livros seleccionados. Finalmente, é realizada uma leitura crítica da argumentação exposta pelos autores, no que toca à sua visão sobre a mudança social e a ação humana.

As dimensões da ideia de crise

Como foi apontado anteriormente, a proliferação de livros sobre a crise é um facto inegável. Uma pesquisa rápida no catálogo de qualquer livraria é suficiente para comprovar que, desde 2008, o tema é recorrente na produção editorial nacional. Num trabalho anterior, refleti sobre as razões que explicam esta inflação de textos (Ampudia de Haro, 2013). Muito sinteticamente, estas prendem-se com a hegemonia de certos enfoques da ciência económica como recurso explicativo para abordar a realidade económica, social e política. Paralelamente a esse domínio, existe a perceção,

amplamente difundida entre a cidadania, da ciência económica como a mais científica das ciências sociais (Colander, 2005). Esta perceção reforça a ideia da importância dos economistas como peritos e da superioridade do seu conhecimento perante a ignorância dos leigos (Ungar, 2000; Felt, 2000). Por outro lado, existem representantes dos enfoques hegemónicos da ciência económica que possuem uma presença destacada nos principais órgãos de decisão nacionais e internacionais (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial, Banco Central Europeu e governos europeus). Isto permite que as suas visões teóricas tenham maiores possibilidades de concretização em termos de política económica. É, pois, o que explica a constante indefinição dos limites entre uma conceção descritiva da ciência económica e o seu valor performativo (Miller, 2005; Callon, 1998, 2006; Mackenzie, 2006). A visão teórica dominante ou *mainstream* dentro da ciência económica reside na síntese neoclássica com elementos nekeynesianos. Este domínio tem levado, em muitas ocasiões, a confundir a parte com o todo. Assim, é habitual que essa visão seja apresentada desde a academia à política, passando pelos *media*, como sinónimo da ciência económica. Esta síntese, revestida de cientificidade e habitualmente apoiada na modelização matemática, assenta em noções específicas sobre a racionalidade dos agentes económicos, o equilíbrio, a concorrência ou as leis da oferta e da procura, algumas delas com um sentido normativo bastante acentuado. Como tal, a mais evidente talvez seja a conceptualização do ser humano como *Homo Economicus*, caracterizado pela sua racionalidade essencialmente utilitária e maximizadora. Mas, sendo rigorosos, este enfoque é só mais um dos possíveis no campo da ciência económica. Os fenómenos económicos têm merecido aproximações plurais procedentes da economia política marxista ou do institucionalismo, assim como das perspetivas neoschumpeteriana, feminista ou comportamental, para citar algumas. Em síntese, a ciência económica, na sua vertente dominante ou alternativa, tem assumido um notável protagonismo na análise e nas soluções oferecidas aos problemas levantados pela crise. No entanto, há uma linha de reflexão que convém explorar e que está relacionada com a vertente cultural da crise. Esta reflexão toma como referência os trabalhos de história conceptual de Janet Roitman (2014) e Reinhart Koselleck (2006, 2007). Avançando aqui o argumento que desenvolverei a seguir, pode afirmar-se que a proliferação de “livros-diagnóstico” sobre a crise não é um acaso. Pelo contrário, é expectável que isso aconteça devido à relação profunda que existe entre a ideia de crise e a construção cultural da modernidade.

A configuração da sociedade moderna foi convencionalmente pensada em termos de crise. De facto, o tipo de conhecimento associado à modernidade, isto é, as ciências sociais em sentido lato, é o instrumento que surge para explicar essa configuração, para desvendar a opacidade das transformações que deixam atrás a sociedade tradicional. A teoria social que dá conta desse processo costuma usar dicotomias. Em função da versão que quisermos consultar, trata-se da passagem da comunidade à associação – segundo Tönnies ([1887] 2009) –, da solidariedade mecânica à solidariedade orgânica – segundo Durkheim (1987) –, do sistema de produção feudal ao capitalista – segundo Marx ([1859] 2010) –, ou do desencantamento do mundo conforme avança inexoravelmente a racionalidade instrumental – segundo Weber ([1905] 1997).

Estas transformações partem de uma ideia de crise, de uma situação inicial que parece degradar-se enquanto aponta para um novo estado essencialmente distinto. Não podemos esquecer que, com esta ideia, convivem outros conceitos afins: progresso, incerteza, risco, inovação e futuro são alguns deles (Ramos Torre e Callejo, 2016). A modernidade é, pois, indissociável da crise: nada é definitivo nem totalmente estável. Como certamente aponta Ramos Torre (2016), é esta a teleologia do mundo moderno: tudo está em crise ou tudo acabará por estar em crise.

Tudo? Não, não tudo. Paradoxalmente, o que nunca está em crise é o próprio conceito de crise. Poderá questionar-se a pertinência da sua aplicação, isto é, discutir se uma dada conjuntura merece ou não a denominação de crise. Mas não é questionada a virtualidade da sua existência: mais tarde ou mais cedo atinge a economia, a política, a cultura ou a vida particular dos indivíduos. Portanto, se a crise não está em crise, isso significa, segundo Roitman (2014), que o próprio conceito é um *a priori* da observação. Dito de um outro modo, não é a observação empírica a que determina se algo é uma crise ou está em crise. A crise é o ponto inquestionado da observação, a partir do qual são procuradas as evidências empíricas que acabam por confirmá-la. Metaforicamente, não é descabido afirmar que a crise são os óculos através dos quais observamos o mundo moderno. O previsível é que, com estas lentes e olhemos para onde olhemos, exista uma crise, iminente ou declarada. Evidentemente, o diagnóstico de Roitman é discutível, a começar pela controvérsia sobre o conceito de modernidade e as suas dimensões. No entanto, não faz parte do objetivo deste trabalho abordar esse debate. O interesse da sua proposta está numa poderosa chamada de atenção: a crise faz parte da estrutura profunda da nossa cultura. É uma categoria que, à partida, não precisaria de

grandes explicações: autoevidente, refere um momento de viragem, uma decisão fulcral, uma revelação desconhecida, uma orientação sobre o sentido da mudança ou o advento de um tempo radicalmente inédito.

A palavra "crise" tem a sua origem no termo grego *krínō* (Roitman, 2014; Koselleck, 2007). Dependendo das situações em que é utilizada, pode significar separar, escolher, julgar ou decidir-se, tendo sido usada em textos jurídicos, políticos, teológicos e médicos. Introduziu-se na linguagem político-social a partir das metáforas organicistas que concebem a sociedade ou o Estado como um corpo suscetível de sofrer alterações mais ou menos traumáticas. Desde então, designa, genericamente, uma situação com cariz de urgência, não perene, mas sim recorrente, que exige uma decisão uma vez que alguma coisa importante está em jogo. A decisão é presidida pela incerteza, mas também pela convicção de que a nova situação estabelece uma diferença moral entre o passado e o futuro. Explicativamente, a crise permite construir uma narrativa (Caldas e Almeida, 2016). A narração explica como é que se chegou à situação crítica e quais são as suas causas. Essa narração é afim a uma compreensão específica do devir dos acontecimentos, sempre que estes se desenrolem segundo um curso expectável que é afetado ou subvertido pela crise.

Na sua origem clássica, a ideia de crise não está associada à periodização histórica nem ao fecho ou ao começo de uma nova época. Quando integrada na teologia cristã, é relacionada com a noção de Julgamento Final. A partir do século XVIII, com a temporalização da história, o conceito aparece ligado a um tempo original surgido da mudança histórica, consubstanciada na recorrência estrutural de crises. Toma forma uma perspetiva dessa mudança como possuindo uma direção e um sentido identificáveis. Deste modo, o futuro não replicará o passado, existindo certa perfetibilidade no avanço da sociedade: na compreensão e interpretação da mudança, o diagnóstico acaba por substituir a profecia. Uma outra componente da ideia de crise é a percepção da necessária diferença que deve existir entre o passado e o futuro. Essa diferença vem acompanhada da exigência moral da não repetição daquilo que gerou a crise, em linha com a perfetibilidade anteriormente referida. Tal circunstância permite o desenvolvimento da crítica, que se debruçará sobre o processo de passagem que conduz do passado ao futuro. A crítica explica, pois, como é que se percorreu o caminho até à situação definida como problemática, além de tentar repor o sentido afetado pela crise.

Eis o substrato cultural onde operam os textos que falam sobre a crise. Os diagnósticos e as soluções seriam incompreensíveis sem os conteúdos e as conceções associadas a esta ideia.

Contudo, que a crise seja um elemento constitutivo do substrato cultural da modernidade não significa que não seja possível objetivar as causas que a produzem. Isto é, afirmar que a ideia de crise é mais uma componente da nossa cultura não impede que possamos identificar os fatores que estão por detrás do abalo financeiro de 2008 nos Estados Unidos de América, com a subsequente extensão para a Europa sob a forma da crise das dívidas soberanas. Renunciar a essa identificação pormenorizada é afim, como aponta Madureira Pinto (2013), a uma “essencialização” da própria crise. Seria como naturalizar este estado, apresentando-o como a condição normal das sociedades contemporâneas e renunciando à compreensão dos fatores que lhes estão associados.

Caracterização dos livros analisados e critérios de seleção

Os textos selecionados são *Porque Devemos Sair do Euro*, de João Ferreira do Amaral (2013); *E Agora?*, de Pedro Adão e Silva (2013); *O Que Fazer com Este País*, de Ricardo Paes Mamede (2015); *Basta!*, de Camilo Lourenço (2012) e *O Meu Programa de Governo*, de José Gomes Ferreira (2013). Todos eles partilham um conjunto de características comuns:

- a) Foram publicados quando o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) estava a ser aplicado em Portugal e, no caso do texto de Paes Mamede, quando já tinha sido concluído. O PAEF é acordado em maio de 2011 e finaliza a 30 de junho de 2014. Como tal, os autores contam com as evidências da sua implementação, das suas medidas e dos seus efeitos. Isto é, as propostas para sair da crise têm em conta um contexto onde o programa produz os seus próprios resultados. Deste modo, pode ser estabelecido uma espécie de diálogo com a realidade económica do país e com muitas das decisões tomadas pelo XIX Governo Constitucional, liderado por Pedro Passos Coelho e Paulo Portas.
- b) Os autores são economistas de formação – Ricardo Paes Mamede, João Ferreira do Amaral – ou possuem um grau de especialização significativo em matérias afins – Pedro Adão e Silva em políticas públicas, ou Camilo Lourenço e José Gomes Ferreira em

jornalismo económico. O seu parecer está, portanto, investido da legitimidade derivada de um conhecimento diferenciado que tentam transmitir ao público em geral.

A partir da informação que consta das capas dos livros, é possível traçar o seu perfil de especialização. Pedro Adão e Silva é professor na Escola de Sociologia e Políticas Públicas do ISCTE-IUL, além de colunista e comentador político em diferentes meios de comunicação social. João Ferreira do Amaral foi professor catedrático do ISEG e ocupou diversos cargos em organismos estatais relacionados com as áreas de planeamento e aconselhamento económico. Ricardo Paes Mamede é professor de economia política no ISCTE-IUL, concretamente na Escola de Sociologia e Políticas Públicas, participa no blogue “Ladrões de Bicicletas” e intervém também em diferentes espaços de comunicação social. José Gomes Ferreira é jornalista, com ampla experiência em assuntos económicos e políticos, além de subdiretor de informação da SIC. Por último, Camilo Lourenço é também jornalista económico, com uma dilatada carreira em diversos meios, comentador na comunicação social e formador na área das finanças pessoais.

c) Paralelamente à legitimidade da transmissão do conhecimento, existe a intenção de esclarecer os leitores e contribuir para a melhoria do país. Daqui nascem os apelos constantes à linguagem clara, à não utilização de um jargão especializado ou à necessidade de prescindir do formalismo académico. Por exemplo, José Gomes Ferreira declara-se não especialista e dirige o seu texto ao cidadão comum: “Este livro não é para os entendidos ou iluminados. É para vós. É para nós” (Ferreira, 2013: 474-475). Camilo Lourenço exprime-se de forma similar: “Este livro também não pretende ser um exercício de teorias, de criação científica. Neste momento, acredito que o mais importante é formar e informar as pessoas, para que a opinião de cada uma delas seja sustentada e as conduza a uma cidadania ativa” (Lourenço, 2012: 14). Igualmente, Ricardo Paes Mamede defende a sua vontade de “partilhar, com um público alargado, as análises e as reflexões que faço sobre a situação portuguesa” (Mamede, 2015: 17). Por último, João Ferreira do Amaral preocupa-se pelo leitor não especializado e, nesse sentido, oferece uma descrição geral das “principais características do dinheiro, a sua utilidade e a importância” (Amaral, 2013: 17), como introdução didática para a sua exposição.

Em suma, os três primeiros critérios de seleção são o reconhecimento dos autores como analistas com formação em ciência económica ou em saberes afins, o facto de serem

títulos publicados durante o período no qual vigora o PAEF e a intenção de esclarecer públicos amplos e não especializados.

Obviamente, os textos selecionados não são os únicos que abordam a questão da crise e das suas possíveis saídas. De acordo com o conceito de representatividade estrutural (Ibáñez, 1985), existe um número potencialmente infinito de maneiras de falar sobre a crise e as suas soluções, mas apenas um número finito e reduzido dessas maneiras adquire o estatuto de discurso socialmente relevante. Procura-se, pois, reunir os discursos que tipicamente emergem quando estas questões são abordadas, discursos que consideram como tópicos centrais o crescimento, a dívida, o emprego, a política económica, a União Europeia, as regras orçamentais, o défice ou a austeridade. Por esse motivo, é preciso contar com diferentes perspetivas sobre o fenómeno. O discurso de João Ferreira do Amaral traz consigo uma interpretação da crise ligada ao enquadramento de Portugal no sistema da moeda única. Politicamente, trata-se de uma linha crítica com as diretrizes vindas de Bruxelas, com o processo de construção europeu e favorável à recuperação da autonomia monetária e, por extensão, ao reforço da soberania nacional. Esta linha está presente, genericamente, em muitas das posições sobre estas matérias defendidas pelo Partido Comunista Português (PCP) e pelo Bloco de Esquerda (BE). O discurso de Ricardo Paes Mamede não representa um posicionamento tão frontal contra a União Europeia. Trata-se de uma orientação social-democrata relativamente ortodoxa, focada nas insuficiências do mercado como mecanismo de coordenação social, no imperativo da provisão pública de bens e serviços e na incontornável iniciativa que corresponde a um Estado eficiente e musculado. É uma linha que, globalmente, pode encontrar-se em algumas posições do BE e dos setores mais à esquerda do Partido Socialista (PS).

O discurso de Pedro Adão e Silva é, em muitos aspetos, próximo da visão de Ricardo Paes Mamede, embora ligeiramente mais centrado nas questões de articulação entre o Estado e o mercado. Trata-se de uma linha ideológica mais afim às posições adotadas pelo PS contra o XIX Governo Constitucional de Pedro Passos Coelho e Paulo Portas, defendendo uma reversão urgente das políticas de austeridade. Estes três primeiros autores possuem, genericamente, uma visão da ciência económica crítica com o enfoque *mainstream*, questionando a sua legitimidade como saber objetivo e infalível.

Camilo Lourenço exhibe um discurso abertamente liberal, partidário das políticas de austeridade como via de reforma estrutural do país, da libertação das forças do mercado

perante os obstáculos que coloca o Estado. Eis, portanto, uma linha mais identificada com setores, principalmente, do Partido Social-Democrata (PSD) e do CDS-Partido Popular, no que toca à crítica do intervencionismo estatal.

José Gomes Ferreira é também próximo do discurso apresentado por Camilo Lourenço, embora com um pendor menos liberal e reservando um papel mais relevante para o Estado na vida económica. Acrescenta a isto algumas considerações de carácter moral acerca do sentido coletivo da nação portuguesa que faz com que, neste ponto, seja mais afim às posições do CDS-PP do que às do PSD. Ao contrário de Ricardo Paes Mamede e Pedro Adão e Silva, Camilo Lourenço e José Gomes Ferreira adotam uma ótica de análise mais próxima da ciência económica *mainstream*. Em síntese, um outro critério de escolha passa pela capacidade para os textos refletirem diferentes tendências ideológicas na dicotomia convencional esquerda/direita e nas concepções acerca da ciência económica.

Um último critério de seleção prende-se com a relevância social dos discursos. Os autores convocados contam com uma significativa presença no debate público. A sua intervenção tem lugar, essencialmente, nos meios de comunicação, embora sejam destacáveis também algumas iniciativas cívicas das quais fazem ou fizeram parte. João Ferreira do Amaral destacou-se há alguns anos como um dos economistas mais beligerantes contra o sistema da moeda única. Tem publicado artigos em jornais como o *Diário de Notícias*, o *Jornal de Negócios* ou o *Público*, além de assinar em maio de 2016 o manifesto de 51 notáveis apoiando a reconfiguração bancária. São muitas também as entrevistas que foi concedendo ao longo deste tempo, defendendo a saída do euro. A intervenção de Camilo Lourenço foca-se, sobretudo, na imprensa escrita, no comentário radiofónico e na análise televisiva. Como tal, tem escrito para o *Jornal de Negócios* ou para o *Diário Económico* e comentado a atualidade económica e política na *Rádio Comercial*, no *Rádio Clube Português*, na *TSF*, na *SIC Notícias* e na *RTP*. Pedro Adão e Silva já colaborou com o *Rádio Clube Português* e a *RTP Notícias*. Hoje escreve uma coluna no *Expresso* e participa como comentador de política na *TSF* e na *SIC Notícias*. Ricardo Paes Mamede participou e dinamizou iniciativas dentro do Congresso Democrático das Alternativas e assinou em 2014 o Manifesto dos 70 pela renegociação da dívida. Também faz parte do Conselho Económico e Social como personalidade de reconhecido mérito desde 2017. Colabora com o *Diário de Notícias* e com o programa “Tudo É Economia” da *RTP*, contando também com algumas

participações no programa de debate “Prós e Contras” desta mesma cadeia. Por último, José Gomes Ferreira é, atualmente, comentador habitual de assuntos políticos e económicos na *SIC Notícias* e apresentador do programa “Negócios da Semana” no mesmo canal.

Retóricas argumentativas

Deirdre McCloskey (1985) chamou a atenção para a importância da retórica argumentativa na ciência económica. Esta visão contraria o pressuposto positivista convencional do conhecimento científico, segundo o qual as evidências empíricas e a sua contrastação lógica são procedimentos suficientes e convincentes para explicar o funcionamento da economia. Os dados e os resultados são, pois, elementos autoexplicativos que falam por si próprios. Não obstante, o estudo dos debates intelectuais entre economistas revela que não é exatamente isso que acontece. Além de dados e resultados, são utilizadas metáforas, narrações, comparações ou referências a autoridades e modelos exemplares. Porém, a persuasão envolve muitas mais dimensões do que aquelas que a ciência económica dominante ou *mainstream* quer reconhecer. A análise da retórica argumentativa revela os procedimentos utilizados pelos economistas para convencer os seus pares da correção dos seus pontos de vista. Na resolução destas controvérsias entram em jogo os factos e os dados – regressões, séries estatísticas, correlações, teoremas – segundo uma lógica positivista convencional, mas também a capacidade persuasiva. Esta apoia-se em recursos de estilo, serve-se de fios narrativos e constrói sequências de acontecimentos, ordenando-os no tempo (Klamer, McCloskey e Solow, 1988).

Sob esta ótica, os economistas dirimem as suas diferenças mediante conversações no sentido “habermasiano” do termo (Cortina, 1985). Do mesmo modo que para os diversos agentes económicos a argumentação é fulcral na formação das suas opiniões ou na tomada de decisão, os economistas também empregam retóricas argumentativas como meio de persuasão (Estrada, 2006). Aqui, a retórica é muito mais do que uma linguagem esteticamente apelativa sem preocupação pela precisão ou pelo conteúdo. É, sim, um leque de recursos com o qual é disputada a explicação da realidade económica.

Uma via de aproximação ao tema das retóricas argumentativas passa pela obra de Albert O. Hirschman, *A Retórica da Intransigência*.² Neste brilhante texto, o autor partia da clássica palestra de T. H. Marshall, “Citizenship and Social Class”, proferida em 1949, em que era abordado o desenvolvimento histórico do conceito de cidadania no Ocidente. Esse desenvolvimento arranca no século XVIII com a progressão das liberdades individuais, como as de reunião, expressão e associação. O século XIX corresponde ao avanço dos direitos políticos, entre os quais se destaca o sufrágio. Finalmente, o século XX seria o momento da luta pelos direitos sociais, tais como o acesso à saúde, à educação e à proteção social. Perante as conquistas relacionadas com a cidadania, o pensamento conservador (Burke, Tocqueville, Le Bon, Mosca ou Pareto, entre outros) esgrimiou diferentes argumentos conducentes à neutralização dessas conquistas.

Hirschman agrupa esses argumentos em três teses, a partir das quais são discutidas as medidas afins à ampliação dos direitos de cidadania:

- a) A tese da perversidade. Qualquer ação intencional que tem por objetivo a melhoria ou a correção de um problema social, político ou económico acaba por gerar um resultado exatamente oposto ao pretendido. Isto significa que a condição problemática aumenta a sua gravidade ou que aquilo que é suposto melhorar tende inevitavelmente a piorar. Estes resultados perversos explicam-se pelo aparecimento de fatores não previstos ou por causa de uma sequência também imprevisível na concatenação dos factos. Trata-se de uma tese que alimenta a ironia dos acontecimentos desencadeados pela ação humana. Estes acontecimentos burlam a intenção original não para gerar resultados simplesmente diferentes, mas essencialmente contrários. É um tema caro às ciências sociais, como o demonstram os esquemas explicativos clássicos de Mandeville, Weber ou Merton (Schneider, 2012; Cristiano, 2011; Ramos Torre, 1994).
- b) Tese do risco. Qualquer ação intencional que tem por objetivo a melhoria ou a correção de um problema social, político ou económico pode colocar em perigo algum logro ou conquista prévios considerados valiosos. Mesmo que essa ação tenha aspetos positivos, aquilo que se arrisca não compensa a melhoria que pretende ser introduzida.
- c) Tese da futilidade. Qualquer ação intencional que tem por objetivo a melhoria ou a correção de um problema social, político ou económico apenas afeta as manifestações

² O título original da obra é *The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy* (Harvard University Press, 1991). Existe uma tradução em português (*A Retórica da Intransigência*, São Paulo, Companhia das Letras). Sigo aqui a tradução espanhola que aparece recolhida na secção de referências bibliográficas.

superficiais do próprio problema. A estrutura profunda não é atingida e, como tal, as transformações propiciadas são cosméticas, nunca verdadeiramente estruturais.

Estas teses não são intrinsecamente conservadoras. Hirschman qualificou-as assim na medida em que foram utilizadas por setores sociais reacionários para travar os direitos de cidadania. Como tal, nada impede que sejam utilizadas desde qualquer posicionamento ideológico em prol da persuasão do oponente. Menos conhecidas são as teses que Hirschman identificou como fazendo parte da retórica historicamente progressista que defendeu a extensão dos direitos de cidadania. Novamente, estas teses são três (Hirschman, 2001: 167-181):

- a) Tese das sinergias. Uma ação intencional que visa reformar ou melhorar um aspeto problemático da realidade social, económica ou política pode ser reforçada por outras ações intencionais com o mesmo objetivo, retroalimentando-se entre elas. Em consequência, as reformas interagem positivamente, desencadeando uma sequência de acontecimentos que coincidem com o resultado desejado e previsto. Como se pode apreciar, a tendência que descreve opõe-se, quer à tese da perversidade, quer à do risco.
- b) Tese da dinâmica favorável da história. Uma ação intencional que visa reformar ou melhorar um aspeto problemático da realidade social, económica ou política acabará por ter sucesso uma vez que coincide com o sentido e a direção em que avançam os acontecimentos. Afirma-se a existência de um movimento ou de uma tendência imparável na qual se inserem as reformas pretendidas. A ação intencional acompanha a evolução geral dos tempos e qualquer tentativa para a travar nunca será bem-sucedida.
- c) Tese da reconstrução radical. Uma ação intencional que visa acabar com o *statu quo* é justificável quando esse *statu quo* determina situações insustentáveis para a sociedade. Essa ação tem de ser aplicada, mesmo quando possa produzir alguns resultados contraproducentes. O balanço final será positivo uma vez que é eliminado um estado geral das coisas globalmente negativo.

Estas três teses são especialmente apropriadas para abordar as soluções apresentadas pelos autores para retirar Portugal da crise. Estes autores, como se comprovará, propõem diferentes tipos de reformas para o país, e é com base nestas teses que os argumentos principais são defendidos. Farei referência às teses do risco, da futilidade e da perversidade apenas com carácter explicativo, pois a análise privilegia as teses das sinergias, da dinâmica da história e da reconstrução radical.

A tese da reconstrução radical

Encontramos esta tese exposta na argumentação de João Ferreira do Amaral relativa à saída do sistema da moeda única como solução principal e imediata para os problemas do país. Ricardo Paes Mamede, por seu lado, considera que é uma das possibilidades em aberto, embora não faça uma defesa explícita da mesma. Reconstruirei a posição dos dois autores por esta ordem.

Ferreira do Amaral tem um ponto de partida claro: a adesão de Portugal ao Tratado da União Europeia a 10 de dezembro de 1992. Esse compromisso com a futura moeda única, o euro, “foi a maior capitulação do País desde as Cortes de Tomar de abril de 1531, que consagraram o domínio de Filipe II de Espanha sobre Portugal” (Amaral, 2013:15). Perderam-se a independência e a autonomia do país 450 anos depois, submetendo-o a uma situação de extrema gravidade. Passados vinte anos da assinatura do Tratado da União, o balanço não pode ser pior:

a economia portuguesa está destrozada, o Estado em bancarrota, o país nas mãos dos credores e sujeito a políticas de ajustamento que reforçam esse domínio; os jovens portugueses desesperam e veem-se obrigados a emigrar em massa; o desemprego ultrapassa todos os máximos anteriores; a própria sobrevivência de Portugal está em risco (*idem*: 15).

A última afirmação, relativa à sobrevivência de Portugal, obriga a refletir sobre o sentido das medidas aplicadas no país durante os últimos vinte anos. Esse sentido é lido por Ferreira do Amaral à luz da tese da perversidade. Os argumentos utilizados para justificar a adesão ao tratado foram de dois tipos. Por um lado, a adoção do euro iria eliminar todos os problemas derivados da especulação cambial. Por outro lado, a cessão de soberania em nome de um difuso federalismo europeu incluiria Portugal num bloco seguro, menos exposto em termos de segurança e alinhado com alguns dos países mais desenvolvidos do planeta. Mas aconteceu precisamente o contrário: as elites políticas, suportadas pelas elites económicas, procurando um reforço e uma melhoria do país, forjaram as condições que ameaçam a sua viabilidade. A moeda única não reduziu a distância entre as economias dos Estados; aumentou-as. Também não eliminou muitos dos receios recíprocos alimentados pela Segunda Guerra Mundial. Falando especificamente sobre a introdução do euro, podemos ilustrar a posição de Ferreira do Amaral com as suas palavras:

Do ponto de vista cambial, perante os efeitos previsíveis sobre a competitividade das economias menos competitivas da Europa e face ao facto de coincidir com uma fase de liberalização da economia mundial e da emergência das grandes economias abertas, a moeda única tinha todas as condições para agravar as tensões dentro da Europa, como de facto aconteceu (*idem*: 89).

Perante a situação geral, o país precisa de um “intenso choque competitivo”, de “um grande golpe de rins”. A saída do euro é a única possibilidade de “crescer rapidamente dentro de uma zona monetária com uma moeda tão forte como é a moeda europeia” (*idem*: 118). Enquanto o Programa de Assistência Económica e Financeira prescreve, com as suas medidas, a desvalorização salarial interna como método para recuperar a competitividade, Ferreira do Amaral entende que essa desvalorização só pode ser cambial. E isso não é possível se não se dispõe de moeda própria, um instrumento essencial de política económica.

A saída deve ser anunciada e ordenada. Os restantes Estados da União Europeia têm de ser informados e as fases previstas, respeitadas. As aplicações financeiras nos bancos portugueses manteriam o valor em euros e o Estado também pagaria as suas dívidas nessa moeda. O próprio Estado agiria como um substituto do sistema bancário no aumento da dívida provocado pela desvalorização cambial. Portugal adotaria o mecanismo das taxas de câmbio que têm os países da União Europeia que fazem parte do euro. Por último, a União Europeia e o Banco Central Europeu antecipariam um empréstimo ao país para honrar as dívidas estatais e outorgar facilidades de crédito aos bancos, evitando corridas aos balcões durante a implantação do novo escudo. Segundo Ferreira do Amaral, a União Europeia veria com bons olhos esta opção. A instabilidade constante de um membro é penalizadora para todo o conjunto:

os nossos parceiros receberão certamente com alívio essa saída (se for controlada) e tomará uma atitude cooperante (...) Há, pois, condições para um divórcio de mútuo consentimento. Mais: arrisco-me a afirmar que os mercados também a encararão com otimismo (*idem*: 121).

Abandonando o euro, Portugal teria de proceder a reequilibrar a relação entre bens transacionáveis e não transacionáveis em favor dos primeiros: “Um país como o nosso, quando tem apenas – como na atualidade – 13% do PIB originado na indústria e 2% gerado no setor primário, não vai longe. Precisa de uma reindustrialização urgente” (*idem*: 118). Note-se que o autor não propõe abandonar a União Europeia, apenas o euro. Contudo, Portugal teria de desenvolver novos acordos internacionais com países

fora da órbita europeia. As diretrizes da política externa não podem estar por mais tempo condicionadas, devido ao:

completo seguidismo em relação a Europa (...) existem felizmente muitas alternativas: toda a América (do Norte e do Sul), Angola, China e outras nações de Extremo Oriente são parceiros que podem e devem ter muito mais entrada no nosso futuro (*idem*: 122).

Ricardo Paes Mamede também aborda a saída do euro, embora destaque o nível de incerteza que poderia provocar. Se para Ferreira do Amaral a sucessão dos acontecimentos parece clara, para Paes Mamede é mais dúbia. O principal problema está na ausência de exemplos prévios. Não existem precedentes históricos para uma saída unilateral:

A elevada incerteza que rodeia a possibilidade de um Estado-membro decidir recuperar unilateralmente a sua autonomia monetária é um dos motivos fundamentais que explica o apoio popular minoritário às forças políticas que defendem esta estratégia de saída para a crise da zona euro (Mamede, 2015: 29).

Portanto, a ignorância daquilo que acontecerá ou a incapacidade para elaborar um prognóstico fiável leva o autor a não recomendar abertamente esta opção, embora alerte para a necessidade do país estar preparado no caso da saída do euro se concretizar.

A tese da reconstrução radical assume um contorno muito específico: a unilateralidade da decisão de abandonar a moeda única. É uma impugnação global do processo de integração económico-política de Portugal na União Europeia. Daí que mereça o qualificativo de radical, no sentido de confrontar a raiz profunda dos problemas que assolam o país, na medida em que não fica pela superfície e, em consequência, não almeja transformações fúteis.

A tese das sinergias

É, sem dúvida, a retórica dominante em todos os autores. Adota um formato genérico facilmente reconhecível, dado que admite que a crise em Portugal responde a vários fatores e que as soluções são também múltiplas e coerentes entre si. Portanto, as medidas que se oferecem associam-se e reforçam-se mutuamente.

O ponto de partida de Pedro Adão e Silva é a constatação da gravidade do momento que vive o país:

Portugal é hoje um país devastado. Devastado do ponto de vista económico e social, mas também em termos políticos e institucionais. Após 3 décadas de transformações

sociais profundas, em que o bem-estar generalizou, vivemos confrontados com um declínio das condições materiais de uma grande parte dos portugueses, que se traduz, ao mesmo tempo, numa crise de expectativas (Silva, 2013: 21).

A devastação é provocada pela crise, iniciada em 2008 nos Estados Unidos a partir dos problemas ligados às hipotecas *subprime*. Desde aí chega a Europa, convertida na crise das dívidas soberanas, sendo amplificada mediante a aplicação de diversos programas de ajustamento económico-financeiro em diferentes países. A leitura destes programas é realizada através do prisma da perversidade e da futilidade. Os resultados contrários aos pretendidos são, na verdade, coerentes com um “pensamento mágico” (*idem*: 24) ou com “uma estratégia desligada da realidade” (*idem*: 26). Quem decide aplicar estes programas ou desconhece o funcionamento da sociedade, ou ignora que estas medidas não possuem fundamentos sólidos:

A ideia da austeridade expansionista foi testada em Portugal como insucesso de sempre. Contra todas as evidências e avisos, estrangulou-se a economia, fez-se colapsar a procura interna, aumentou-se a pressão fiscal e o inevitável aconteceu: a economia deprimiu, o desemprego aumentou para além das estimativas, a receita fiscal ficou bem abaixo do orçamentado e a despesa com os estabilizadores automáticos, pese embora todas as reformas para restringir o seu acesso, não parou de aumentar (*idem*: 25).

Ao mesmo tempo, os programas de ajustamento são inúteis, já que não se ocupam de aspetos realmente estruturais:

Hoje, é claro que o essencial do problema que enfrentamos não é grego, irlandês, português, espanhol ou italiano. O problema é da arquitetura institucional da zona euro, que além de não oferecer os instrumentos para lidar com um choque exógeno da dimensão do ocorrido, ainda estrangulou as possibilidades de crescimento das economias das periferias europeias (*idem*: 26).

Apesar das evidências perversas e das transformações fúteis, os defensores dos programas de ajustamento persistem na sua defesa e aplicação. Mas porquê? Aqui a resposta passa por destacar a sua inabalável fé nas soluções que oferecem ou o seu “espírito de cruzada”, que submete a sociedade a um autêntico “auto de fé”: “Para os arautos do capitalismo científico, pouco importa a destruição social. Um dia, sobre as cinzas do desemprego, emergirá uma nova sociedade. Quando? Ninguém sabe (*idem*: 97).

Por estes motivos, Pedro Adão e Silva entende que estes programas de ajustamento são programas revolucionários. Provocam transformações sem precedentes na sociedade do

país e estão alimentados pela cegueira daqueles que perseguem os seus objetivos a todo o custo. Desejam provocar intencionalmente uma transformação social, que só pode ser travada adotando uma estratégia reformista, e não revolucionária: “Reformistas de todo o país, uni-vos” (*idem*: 97).

A reforma proposta pelo autor baseia-se nas sinergias criadas por três linhas de atuação. Estas linhas não definem exatamente o conteúdo das políticas públicas que devem ser implementadas, mas sim os procedimentos que estas têm de respeitar. Em primeiro lugar, as políticas públicas que ambicionem corrigir os problemas do país não de ser estáveis e não estar sujeitas ao calendário eleitoral: a transformação das estruturas requer mais tempo do que os quatro anos de qualquer governo. Também terão de ser avaliados com rigor os seus resultados, requerendo o compromisso das diferentes forças políticas, muito além do partido que estiver efetivamente a governar.

Em segundo lugar, as estratégias aplicadas à transformação do país carecem de coerência entre elas. Isso significa que não existe complementaridade ou, por outras palavras, que não geram sinergias. E em terceiro e último lugar, é necessária uma cultura de negociação: uma vez que as políticas públicas têm de ser estáveis e transversais às forças partidárias, é óbvio que exigirão negociações amplas entre as partes. O que se quer é salientar os ganhos para o país antes de os ganhos para essas partes.

Estas linhas de atuação, gerando sinergias, permitirão Portugal confrontar um dos primeiros objetivos imediatos: “renegociar as condições da nossa participação no euro e reestruturar a dívida” (*idem*: 209). A democracia e a economia devem reforçar-se mutuamente. Segundo Adão e Silva, existe um consenso “que vai de sectores da direita à esquerda” (*idem*: 209) que não concorda com a aplicação do programa de ajustamento. Do mesmo modo, na Europa seria preciso reeditar esse consenso desenvolvendo “uma posição contra-hegemónica” relativamente à reestruturação da dívida e à arquitetura da moeda única.

A lógica sinérgica também está presente no posicionamento de Ricardo Paes Mamede. O ponto de partida é uma caracterização negativa do projeto económico-político ligado ao programa de ajustamento: “baseia-se na destruição dos serviços públicos, na redução da proteção social e na precarização das relações laborais, esperando que isso traga benefícios económicos no futuro” (Mamede, 2015: 206). Esse programa estará indissociavelmente ligado ao enquadramento de Portugal na UE, no que toca ao

cumprimento das regras orçamentais e ao respeito dos limites da dívida e do défice públicos: “Neste sentido, a União Económica e Monetária constitui hoje o principal fator de pressão sobre o modelo social europeu – não só em Portugal, mas no conjunto da União” (*idem*: 230). Em consequência, a questão que se coloca não é simples: optar, quer por um “retrocesso civilizacional gradual”, quer pelo risco de “procurar um caminho para o desenvolvimento sustentável deste país” (*idem*: 230).

Falar em retrocesso civilizacional significa que está em jogo muito mais do que o desempenho económico de uma comunidade. Trata-se do modo como essa comunidade deseja organizar a sua vida em comum. E para o autor, o modelo de Estado social, na formulação genérica contida na Constituição da República Portuguesa, é essencial, neste caso, como princípio articulador: provisão pública universal de serviços de saúde, educação e proteção social como ferramenta fulcral no combate contra a desigualdade, como instrumento de solidariedade e como alicerce da economia: “Tudo isto [os logros do Estado social] permitiu combater as desigualdades, mas não só: tornou a sociedade portuguesa mais coesa e mais produtiva” (*idem*: 116).

Paralelamente ao Estado social, as políticas prioritárias devem estar focadas na redução das desigualdades e na recuperação e melhoria do emprego. A desigualdade tem efeitos em todos os níveis da sociedade, isto é, no aumento das doenças mentais, no consumo de drogas, na obesidade ou nas taxas de gravidez adolescente. Também está relacionada com a falta de mobilidade social, com a redução da esperança de vida ou com a diminuição da confiança interpessoal ou nas instituições. Por outro lado, uma das fontes da desigualdade são os problemas relacionados com o emprego: a precariedade, a sazonalidade, as baixas remunerações, a disparidade salarial, o subemprego, a insegurança contratual, a assimetria negocial ou o próprio desemprego.

A sinergia entre a defesa do emprego e do Estado social e o combate à desigualdade colocaria o país no caminho do desenvolvimento sustentável pretendido pelo autor. Atente-se à seguinte sequência, onde esta posição fica mais clara. Uma vez que a economia portuguesa precisa de crescer, Paes Mamede afirma que é imprescindível o investimento, que só chega quando os investidores manifestam confiança no futuro. A confiança pode ser restabelecida mediante políticas que incentivem a procura interna. Reajustando as metas orçamentais e recuperando os rendimentos e os salários, o consumo e o investimento aumentam. Dessa forma, o país cresce, diminuindo, por sua vez, o peso da dívida pública e privada: “Esta abordagem não corresponde (...) ao que

as autoridades europeias pretendem para Portugal. No entanto, é a estratégia necessária para perspetivar uma saída da crise do nosso país” (*idem*: 143).

Eis as sinergias possíveis, já que há outras que são impossíveis. Essa impossibilidade é detetada pelo autor nas propostas reformistas que pretendem compatibilizar três vetores simultaneamente incompatíveis: travar as políticas de austeridade, evitar a reestruturação da dívida e cumprir as regras orçamentais da UE. Apenas dois destes elementos podem ser conjugados ao mesmo tempo. É um dos bloqueios estruturais que derivam do enquadramento internacional do país: “o triângulo das impossibilidades da política orçamental” (*idem*: 131).

Perante a situação que vive Portugal, Paes Mamede identifica quatro saídas que têm dominado o debate público. A primeira passa por afirmar que a arquitetura da UE está certa e que o país está errado, pelo facto de não ter obedecido às regras europeias. Em consequência, o cumprimento estrito, que exige as chamadas reformas estruturais, é a via de recuperação. A segunda defende o aprofundamento do nível de integração política e, portanto, o desenvolvimento de autênticas políticas públicas europeias. A terceira aposta na introdução de alterações progressivas na arquitetura da UE assim que forem surgindo as oportunidades para tal. A quarta e última passa por abandonar o euro e recuperar a soberania monetária. Contudo, não há saídas perfeitas. A primeira não é bem uma saída e só contribuiria para o aprofundamento de Portugal e o reforço da “pulsão antidemocrática e antissocial inerente ao projeto de integração europeia” (*idem*: 207). A segunda teria de confrontar a falta de consenso entre os Estados, assim como as assimetrias de poder que, por exemplo, fazem com que países como a Alemanha tenham mais peso. A terceira não modifica a estrutura profunda da arquitetura da UE, não ataca as componentes mais gravosas: apenas produz mudanças superficiais e, por extensão, fúteis. E a quarta abre um cenário de incerteza radical: não há experiências prévias, não se conhece qual é o custo de abandonar a moeda única.

Neste ponto, o autor aproxima-se da lógica da reconstrução radical, embora sem a formular nos termos utilizados por João Ferreira do Amaral. Para o primeiro, as soluções dominantes em Portugal são a primeira e a terceira. São opções, que na sua opinião, “parecem preferir a certeza do declínio à incerteza de um futuro melhor” (*idem*: 221). Para evitar esse declínio é necessário estar preparado para o incumprimento das regras orçamentais ou para a renegociação da dívida, ou seja, estar preparado para desobedecer às diretrizes da UE. Esta posição gerará chantagens políticas, mas é a única

que, admitindo “a incerteza de um futuro melhor” (*idem*: 221), pode construir uma sociedade “mais desenvolvida, mais justa e mais sustentável” (*idem*: 221). Portanto, sem apostar diretamente pela reconstrução radical, sim é recomendável estar preparado para ela:

Para que uma negociação possa ser bem-sucedida nas atuais condições é preciso que se verifiquem três requisitos: o governo português tem de estar política e tecnicamente preparado para enfrentar o desafio; tem de estar disponível para considerar todos os desfechos possíveis, incluindo o de uma saída unilateral da zona euro; e tem de ter um mandato claro para esse fim (*idem*: 222-3).

Se Pedro Adão e Silva e Ricardo Paes Mamede são globalmente críticos com o programa de ajustamento económico-financeiro, Camilo Lourenço declara-se partidário deste mesmo programa. A sua retórica argumentativa também bebe da tese das sinergias, mas num sentido diferente. Esse programa ocupa-se de produzir alterações profundas: “é um poderoso fator de mudança da nossa sociedade. Nos últimos 16 meses, por exemplo, já fizemos mais reformas estruturais do que todas as que foram feitas nos últimos 20 anos” (Lourenço, 2012: 195). As mais destacadas são as relativas à legislação laboral – redução do custo do desemprego e do trabalho extraordinário e flexibilização dos horários para adaptar-se às flutuações da procura –, ao arrendamento – como alternativa ao modelo de compra de habitação – e ao licenciamento de atividades – facilitando a criação de empreendimentos.

O problema não é, pois, o programa, mas sim a falta de vigor na sua aplicação. Essa falta de vigor acaba sempre por adiar a reforma pendente, mas imprescindível, do Estado: “Assim está o Estado em Portugal... Quando se tirar a saia 38, a forma do Estado volta para o tamanho 44” (*idem*: 196). Este sentido pode ser corrigido modificando a estrutura da economia, mas também a maneira de pensar: “Quando analisamos as nossas debilidades facilmente chegamos à conclusão de que podem ser reconduzidos a um único problema: mentalidade. Dos dirigentes (políticos e gestores) e dos cidadãos em geral” (*idem*: 197).

A proposta de Camilo Lourenço passa pela adoção de uma bateria de medidas sinérgicas. Sendo o despesismo e o tamanho do Estado um dos problemas essenciais, será preciso reequacionar estes aspetos. Uma possibilidade é adotar a técnica do Orçamento de Base Zero, onde todos os serviços da administração pública têm de justificar a necessidade real da sua existência antes de receberem financiamento estatal. Outra opção é a simplificação do sistema tributário: as empresas têm de ser dispensadas

de tributar em sede de IRC e pagar um valor de imposto fixo em função da faturação. Trata-se de um sistema fiscal “amigo das empresas”, como acontece na Holanda, onde um consultor do Estado explica ao empresário como pagar menos impostos:

A Administração Fiscal Holandesa sabe que quem cria riqueza e empregos são as empresas. E que uma administração fiscal amiga das empresas só têm vantagens. Por exemplo, o seu comportamento não deixará de atrair mais investidores para a Holanda. Quem sai a ganhar? Óbvio, a economia holandesa (*idem*: 205).

A justiça também deve mudar, acelerando os prazos e as garantias de forma a não serem lesivos para a economia. As empresas devem diminuir o seu endividamento e aumentar a sua capacidade de construir parcerias com outras empresas. Também têm de cortar a sua dependência relativamente ao Estado e acabar com os pedidos de subsídios, ajudas e proteção face aos concorrentes estrangeiros ou com a fixação de mercados prioritários. Para a economia portuguesa, as exportações são uma prioridade: as empresas hão de diversificar os destinos até garantir que o seu valor total corresponde a 50% do PIB. Também devem ser alterados os modelos de remuneração fixa por modelos variáveis em função de objetivos mensuráveis, assim como a formação, a ser realizada em contexto empresarial. Tudo isto com o propósito de aumentar a produtividade.

Finalmente, uma medida que visa selecionar os protagonistas deste processo de mudanças sinérgicas. As reformas propostas devem ser comandadas por decisores novos: “Tem [a geração de 25 de Abril] de entender que assim como ela reformou a geração do anterior regime, chegou a sua vez de ser reformada. O seu tempo passou” (*idem*: 250). Em suma, uma bateria de iniciativas que possam corrigir o recente percurso histórico do país, “porque se não o fizermos, daqui a cinco anos estaremos a perguntar: outra vez? E outra vez não é opção” (*idem*: 257).

José Gomes Ferreira também adota a tese das sinergias nas suas propostas para a saída da crise. O diagnóstico dos problemas essenciais leva a considerar a sobredimensionamento do Estado, a captura do interesse público pelos interesses privados, as rendas excessivas pagas a algumas empresas, o enviesamento ou a falta de concorrência e a visão do capitalismo português encostado à proteção do aparelho estatal. Segundo isto,

é tempo de devolver o poder ao chefe de família, responsável, honesto, pagador de impostos e cumpridor de obrigações (...) Porque ainda somos capazes de obrigar ao poder político a reorientar-se e a governar para as pessoas, em vez de se governar a si e a alguns privilegiados do sistema (*idem*: 25).

A partir daqui, o autor elenca um extenso conjunto de propostas que sinergicamente contribuirão para a saída da crise. Entre as mais destacadas estão a não contração de mais dívidas por parte do Estado; a inclusão de todos os custos do Estado no orçamento nacional, nacionalização das parcerias público-privadas que gerem as SCUT; o alargamento de dívida pública aos cidadãos para evitar a dependência de credores externos; a redução da despesa do Estado com salários, pensões e rendas; o corte das prestações sociais a quem não precisa delas; o aumento da base fiscal; a criação de taxas de IVA mais altas para produtos importados; reduzir as taxas de IRS e obrigar todas as pessoas a pagá-lo; reduzir também o IRC; incentivar o financiamento do setor financeiro à economia real ou simplificar o sistema político e avançar para um regime presidencialista. A lista é extensa e não é possível analisar ao pormenor a relação sinérgica que, teoricamente, teria de dar-se entre estas propostas. Sim é factível escolher um conjunto reduzido dessas propostas para as comparar com a perspetiva de outros autores, neste caso com a ideia exposta por Ricardo Paes Mamede acerca do “triângulo das impossibilidades da política orçamental”. Relembremos que, segundo esta ideia, não é possível estabelecer sinergias positivas simultâneas entre as políticas que travem a austeridade, a não renegociação da dívida e o cumprimento das regras orçamentais da UE.

No entanto, para José Gomes Ferreira, essas sinergias são possíveis, uma vez que defende os pressupostos da austeridade expansionista:

As dívidas de Portugal se pagam se a economia crescer? Certo! A economia só cresce se deixar de haver austeridade? Errado! A austeridade no sentido da redução do défice do Estado tem de ser mantida, por muitas décadas, sob pena de não conseguirmos baixar a dívida pública até 60 por cento do PIB (Ferreira, 2013: 336).

A contenção orçamental do Estado e a redução dos défices excessivos permitem aos investidores reconquistar a confiança em Portugal. Portanto, a austeridade e o crescimento são compatíveis mediante a redução substancial do investimento público:

É preciso manter o rigor, obter um saldo primário positivo nas contas do Estado para deixar de fazer nova dívida, começar a pagar a que está feita, e voltar a por a economia a crescer (*idem*: 125).

Mas as sinergias de José Gomes Ferreira não acabam aqui. Sob a sua perspetiva, as propostas adequadas para o país chegam mediante a síntese de posições de esquerda e de direita. Da direita é útil a crítica do desperdício de recursos, financiando áreas ou indivíduos improdutivos ou da desnecessária conflituosidade laboral. Da esquerda, é

possível aproveitar as críticas da desigualdade e do capitalismo dependente dos favores do Estado. Do mesmo modo, a culpa pela situação de Portugal é também salomonicamente distribuída entre a “esquerda irresponsável e a direita dos favores” (*idem*: 472).

A dinâmica favorável da história

Esta tese não se encontra com clareza nos textos dos autores selecionados. Até certo ponto, é compreensível se tivermos em conta que costuma ser associada a visões da história submetida a leis fixas de desenvolvimento. Essas leis determinam um sentido específico e uma direção para a mudança social. Como aponta Hirschman, o seu conhecimento é o que permite aos reformadores “ter a história do seu lado”. Uma afirmação deste tipo é factível uma vez que é conhecido, à partida, o destino da sociedade, derivado do funcionamento de tais leis. Nenhum dos autores efetua declarações deste cariz e, em consequência, não podem justificar as suas propostas com base nos eventuais “ventos favoráveis da história”.

Por exemplo, para Ricardo Paes Mamede, esses “ventos” são, sobretudo, contrários. O consenso hegemónico na Europa sobre as bondades da austeridade expansionista contradiz a sua visão daquilo que é necessário para o país. Se sintetizarmos a sua posição da saída da crise como uma preparação para todas as eventualidades derivadas de uma negociação firme com a UE, é óbvio que tal proposta não parece contar com a dinâmica favorável dos acontecimentos. A caracterização que realiza do seu próprio livro reforça esta posição. Não é um texto otimista relativamente ao futuro imediato de Portugal, pois reconhece a magnitude dos problemas que é preciso enfrentar. Mas também não é pessimista, pois o dito futuro depende das decisões informadas dos portugueses e da sua vontade para colocar o país num rumo sustentável. Isto é, será a ação da comunidade e não qualquer lei da história a que permita a construção do porvir. No caso de João Ferreira do Amaral, a situação é análoga. Se desde a adesão ao Tratado da União Europeia, Portugal vive um período de devastação gradual, a saída da crise passará por desafiar e contrariar a dinâmica gerada pela integração na moeda única. Pelo contrário, Camilo Lourenço e José Gomes Ferreira parecem contar com uma conjuntura favorável para a aplicação das suas propostas. Em termos gerais, embora com algumas diferenças, estes são favoráveis aos pressupostos da austeridade expansionista. Camilo

Lourenço, por exemplo, intitula dois capítulos como “A austeridade é fundamental” e “Ajustamento: quanto mais rápido e duro melhor”. Com isto, quero dizer que as suas propostas são lançadas num contexto favorável, sendo as mais substanciais totalmente afins ao ideário do programa de ajustamento.

No entanto, quem mais se aproxima da ideia da dinâmica favorável da história é José Gomes Ferreira na “Nota final” do seu livro. Não pela enunciação de uma lei histórica clara e inequívoca que determina o percurso do país, mas sim por uma espécie de convicção na possibilidade de um futuro melhor para Portugal. Estas são as suas palavras literais:

Este é o Relatório de Contas de Portugal. Das últimas décadas da vida do Estado, das empresas, dos bancos e das famílias. Com as suas grandezas e misérias, a sua beleza e os seus desastres.

O balanço não é positivo. Há-de ser.

A demonstração de resultados não é brilhante. Somos capazes de fazer melhor. Faremos melhor a partir de agora.

Portugal é um grande país.

Os portugueses são um Grande Povo (Ferreira, 2013: 477).

O tom metafórico e lírico destas palavras admite várias interpretações. Uma delas aponta para essa direção. “Faremos melhor agora” expressa uma crença sobre o futuro, o que permitiria endireitar o rumo do país. E essa crença está associada à atribuição de grandeza ao país e aos seus cidadãos, pelo que a própria grandeza histórica não pode produzir um outro resultado que não seja a saída da crise.

Um olhar crítico sobre as retóricas

A tese das sinergias e da reconstrução radical são retóricas da intencionalidade. De forma genérica, entendem que a ação humana intervém no curso dos acontecimentos podendo reconduzi-los numa dada direção. Por outras palavras, o caminho que levou o país a uma crise profunda não é uma inevitabilidade e, como tal, as propostas de saída da situação crítica acabam por definir novos caminhos. Mais concretamente, a noção de sinergias contraria a ideia de perversidade. De facto, os autores ao proporem as suas medidas, entendem que a concatenação entre elas produz o resultado pretendido: o crescimento, o pagamento da dívida, a redução do défice ou a diminuição do

desemprego. Na sequência e na conexão causal entre elas não intervêm fatores desconhecidos ou imprevistos, que seriam aqueles que gerariam resultados contrários aos previstos e desejados.

Globalmente, nem Pedro Adão e Silva, nem Ricardo Paes Mamede, nem Camilo Lourenço, nem José Gomes Ferreira admitem nas suas propostas a eventualidade do desenrolar irónico dos acontecimentos, associada à ideia das consequências não intencionais da ação intencional. Como tal, entendem que as suas propostas determinam exatamente o resultado apetecido. Sob esta perspetiva, é legítimo pensar que é possível condicionar o sentido e a direção que devem adotar a economia e a sociedade portuguesas. Os autores partilham, ao contrário do que acontece com a tese da perversidade, a convicção de que o mundo e os assuntos humanos podem ser governados e são governados pelos próprios humanos.

Por este motivo, é possível antecipar o futuro para desenhá-lo. Essa antecipação é uma operação intelectual mediante a qual são reproduzidas as conexões entre as diferentes medidas. E é a sequência das reformas a que permite visualizar o futuro que pode ser construído. Portanto, para estes autores, nos seus textos, a mudança social não é um processo cego que conduz a um resultado desconhecido. E isto não acontece porque há conhecimento. Mais concretamente, porque a ciência económica, mas também o saber acumulado relativo à sociedade ou às políticas públicas, permite determinar quais são medidas apropriadas para cada problema, assim como o efeito produzido por elas. O valor do conhecimento é destacado por Ricardo Paes Mamede, Camilo Lourenço, José Ferreira Gomes e Pedro Adão e Silva. Todos apelam ao mesmo para defender as suas propostas, concebendo os seus textos como ferramentas esclarecedoras da cidadania. Desta forma, os cidadãos formados e informados terão condições para tomar as melhores decisões para o seu país. De facto, uma crítica recorrente aos políticos e aos decisores que conduziram Portugal até uma situação de extrema dificuldade foi, precisamente, a ignorância, por cegueira ideológica, ou por incompetência, de conhecimentos-chave para entender o país. E assim, Pedro Adão e Silva critica as estratégias irrealistas aplicadas em Portugal, Ricardo Paes Mamede a falta de consistência científica e empírica do conceito de austeridade expansionista, e Camilo Lourenço e José Gomes Ferreira o simples facto de muitos dirigentes não compreenderem bem a importância de equilibrar contabilisticamente as receitas e as despesas.

Por último, a tese das sinergias, com a sua aposta pela ação humana, pela recondução dos acontecimentos e pela possibilidade de moldar o futuro, não admite destinos teleológicos. Não existe, pois, um fado estabelecido, mas sim resultados prováveis se persistirem, por exemplo, as políticas erradas: o aprofundamento da devastação de Portugal para Pedro Adão e Silva; a bancarrota para José Gomes Ferreira ou Camilo Lourenço, ou o declínio e o retrocesso civilizacional para Ricardo Paes Mamede.

A reconstrução radical, identificada na minha análise com a proposta de abandonar a moeda única, é sobretudo visível na posição de João Ferreira do Amaral. Pelo facto de ir à teórica raiz dos problemas económicos de Portugal, contraria a tese da futilidade. Esta, como assinala Ricardo Paes Mamede, pode ser associada à ideia das alterações possíveis da UE. Segundo esta lógica, a UE pode ser reformada gradualmente num sentido menos penalizador para países como Portugal, aproveitando as oportunidades que se apresentam, isto é, novos equilíbrios de poder, conjunturas favoráveis ou o surgimento de líderes políticos mais propícios para tais reformas. Mas não é esta a posição de João Ferreira do Amaral, dado que para resolver real e não cosmeticamente as dificuldades do país é imperativo sair do euro.

A reconstrução radical partilha convicções essenciais com a tese das sinergias: há margem para a ação humana. Os acontecimentos e o futuro podem ser reconduzidos, as mudanças não determinam resultados cegos, mas sim previstos e desejados, e não há qualquer teleologia. Há sim destinos prováveis se persistirem, de novo, as políticas erradas: o aprofundamento da dependência e a capitulação nacional ou “o sacrifício do país para salvar o euro” (Amaral, 2013: 16). Porém, a reconstrução radical desafia também a lógica do risco. Para Ferreira do Amaral, nenhuma das dimensões ligadas ao atual enquadramento de Portugal na moeda única merece ser conservada. E não o merece já que ameaça a própria sobrevivência do país.

A aposta dos autores pela tese das sinergias e, no caso específico de Ferreira do Amaral, pela tese da reconstrução radical, revela a importância que os textos outorgam à ação humana. Parece lógico que quem propõe medidas para tirar o país da crise expresse também alguma confiança na intencionalidade do ser humano, concretizada em propostas de política económica ou políticas públicas. Daí deriva a nula presença da tese da dinâmica favorável da história, mais conotada com a existência de leis, regularidades ou tendências perante as quais a ação humana nada pode fazer. Este é o ponto principal de crítica dirigida a este tipo de retórica: se o avanço dos acontecimentos numa dada

direção ou num dado sentido vem provocado por essas leis e regularidades, para que serve a ação humana? Se o que tem de acontecer, vai acontecer, que interessa o que façam ou não os indivíduos?

Por último, é importante salientar que, no caso das teses das sinergias e da reconstrução radical, os autores mostram algum nível de confiança na possibilidade de um futuro melhor para o país. Desde o “otimismo da vontade” de Paes Mamede ao “faremos melhor a partir de agora” de Gomes Ferreira, a ideia de que Portugal sairá da crise como resultado da aplicação de certas medidas é transversal. Mas esse futuro não passa unicamente pela criação de um mundo melhor no sentido clássico da noção de reforma. Pode ser, como aponta Pedro Adão e Silva, que seja suficiente para evitar que o pior se concretize, isto é, prevenir futuros negativos, como os desenhados pelos programas de ajustamento de inspiração neoliberal e a conseguinte erosão dos pilares da coesão social.

Conclusão

Os livros selecionados e os seus autores oferecem olhares diferentes sobre a economia portuguesa e as medidas em prol da sua recuperação. Esta variedade permite compreender que, além da visão *mainstream* da ciência económica, existem outras formas de olhar para os fenómenos económicos. Essa visão costuma remeter para uma noção de ciência económica que resolve os seus debates intelectuais aplicando a lógica positivista dos dados e dos factos: ambos, supostamente, fariam por si próprios. Os textos analisados revelam, pelo contrário, que não só não falam por si próprios, como são os próprios autores que os fazem falar, inseridos na sequência das suas explicações. E, neste ponto, é essencial que tais explicações resultem convincentes, para o qual mobilizam recursos bem diferentes dos que impõe aquela simplificadora lógica positivista. Entre esses recursos estão as teses que utilizam para dar conta dos resultados das políticas económicas, das suas conexões e dos seus efeitos sobre a sociedade. Sendo

assim, as noções de reconstrução radical e, sobretudo, de sinergia, dominam os esquemas explicativos usados para mostrar a porta de saída para a crise. Porém, a pretensão dos autores não é só descrever o estado da economia portuguesa, mas também prescrever a sua orientação numa direção concreta. Essas prescrições são, às vezes, contraditórias entre si. Daí que a intervenção, no debate público, venha necessariamente acompanhada da persuasão, elemento que torna imprescindível a retórica argumentativa.

As teses enunciadas por Hirschman têm a virtude de nos permitir entender como os autores estruturam a narração que outorga sentido à sua análise. Essas teses foram identificadas como progressistas num dado momento histórico, caracterizado pela discussão dos direitos civis, políticos e sociais. Mas não são intrinsecamente progressistas. A sua interpretação depende do contexto social, histórico e cultural onde se integram e estão ao dispor de todos aqueles que desejem dar conta do devir económico das coletividades humanas. Ann Swidler (1986), numa definição já clássica do conceito de cultura, disse-nos que esta é semelhante a uma caixa de ferramentas que contém símbolos, narrações, rituais e visões do mundo que as pessoas utilizam para se orientar vitalmente. Neste sentido, seria conveniente pensarmos se os economistas não contam também com a sua própria “caixa”, uma espécie de repositório argumental que permite que as suas análises tomem a direção narrativa desejada. E isto é fundamental como fator diferenciador entre eles, uma vez que partilham o mesmo substrato cultural. Essa partilha explica o porquê da sua convergência quando consideram a ideia de crise. As teses que utilizam operam sempre num fundo comum sem o qual estas não funcionariam como argumentos.

Em primeiro lugar, a crise é assumida como um dado inquestionável. Portanto, é necessário explicar como é que se chegou até essa situação e o que é que não correu segundo o previsto, além de apresentar propostas que estabeleçam uma distinção clara entre o passado e o futuro. Em segundo lugar, entende-se que a linha que historicamente conduz até à crise deve ser corrigida. Trata-se de um ponto de viragem onde a mudança é desejável. Essa mudança deve ter um sentido, pois, moralmente, passado e futuro têm de ser diferentes, melhorando o segundo através do primeiro. Em terceiro lugar, o desenvolvimento da crise, assim como as suas soluções, consideram diferentes níveis de intervenção humana. A agência é um fator imprescindível e as análises dos autores abrem espaços variáveis para a ação dos indivíduos. E, em quarto e último lugar, a saída

da crise inaugura um tempo inédito, uma espécie de refundação da comunidade, que abandona a trajetória que a conduziu até uma conjuntura crítica. Em suma, a contribuição dos diferentes autores assenta sobre uma noção de crise arraigada na nossa matriz cultural. As suas análises são, pois, indissociáveis da elaboração de narrativas que dão conta da temporalidade – passagem do passado ao futuro – do sentido da mudança, da evolução dos acontecimentos e da descrição dos factos.

Referências bibliográficas

Ampudia de Haro, Fernando (2013), “As retóricas da crise em Portugal”, *CIES e-Working Paper*, 145/2013, Lisboa, CIES-IUL.

Ampudia de Haro, Fernando (2015), “As retóricas económicas da crise em Portugal”, em André Freire, Marco Lisi e José Manuel Leite Viegas (eds.), *Crise Económica, Políticas de Austeridade e Representação Política*, Lisboa, Assembleia da República – Coleção Parlamento, 77-92.

Amaral, João Ferreira do (2013), *Porque Devemos Sair do Euro: o Divórcio Necessário para Tirar Portugal da Crise*, Alfragide, Lua de Papel.

Caldas, João Castro, e João Ferreira de Almeida (2016), *Narrativas da Crise no Jornalismo Económico*, Cadernos do Observatório das Crises e as Alternativas, Coimbra, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Callon, Michel (1998), “Introduction: the embeddedness of economic markets in economics”, em Michel Callon (org.), *The Laws of the Markets*, Oxford, Blackwell, pp. 1-57.

Callon, Michel (2006), “What does it mean to say that economics is performative?”, *Papiers du Recherche du CSI/CSI Working Paper Series*, 5, Centre de Sociologie de l’Innovation, École des Mines de Paris, Paris.

Colander, David (2005), “The making of an economist redux”, *Journal of Economic Perspectives*, 19 (1), pp. 175-198.

Cortina, Adela (1985), “La ética discursiva”, em Victoria Camps (ed.), *Historia de la Ética*, Barcelona, Crítica, pp. 532-576.

Cristiano, Javier L. (2011), “Acciones y resultados: una propuesta de clasificación de las consecuencias no intencionales”, *Revista Internacional de Sociología*, 69 (2), pp. 353-370.

Durkheim, Émile ([1893] 1987), *La División del Trabajo Social*, Madrid, Akal.

Estrada, Fernando (2006), “Esquemas de argumentación en economía”, *Opera*, 8, pp. 149-174.

Felt, Ulrike (2000), “A adaptação do conhecimento científico ao espaço público”, em Maria Eduarda Gonçalves (org.), *Cultura Científica e Participação Pública*, Oeiras, Celta, pp. 265-288.

Ferreira, José Gomes (2013), *O Meu Programa de Governo. Propostas para Uma Economia Mais Produtiva e para Uma Sociedade Mais Equilibrada*, Alfragide, Livros d’Hoje.

Hirschman, Albert O. (2001), *Retóricas de la Intransigencia*, México, Fondo de Cultura Económica.

Ibáñez, Jesús (1985), *Del Algoritmo al Sujeto: Perspectivas de la Investigación Social*, Madrid, Siglo XXI Editores.

Klamer, Arjo, Donald N. McCloskey, e Robert M. Solow (1988), *The Consequences of Economic Rethoric*, Cambridge University Press.

Koselleck, Reinhart (2006), “Crisis”, *Journal of the History of Ideas*, 67 (2), pp. 357-400.

Koselleck, Reinhart (2007), *Crítica y Crisis. Un Estudio sobre la Patogénesis del Mundo Burgués*, Madrid, Trotta.

Lourenço, Camilo (2012), *Basta! O Que Fazer para Tirar a Crise de Portugal*, Lisboa, Matéria-Prima.

MacKenzie, Donald A. (2006), *An Engine, Not a Camera: How Financial Models Shape Markets*, Cambridge, MIT Press.

Mamede, Ricardo Paes (2015), *O Que Fazer com Este País: do Pessimismo da Razão ao Optimismo da Vontade*, Barcarena, Marcador.

Marx, Karl ([1859] 2010), *Una Contribución a la Crítica de la Economía Política*, Madrid, Biblioteca Nueva.

McCloskey, Deirdre (1985), *The Rhetoric of Economics*, Madison, The University of Wisconsin Press.

Miller, Daniel (2005), “Reply to Michael Callon”, *Economic Sociology European Newsletter*, 6 (3), pp. 3-13.

Pinto, José Madureira (2013), “A sociologia perante a crise: quatro ideias para um debate”, *Revista Española de Sociología*, 19, pp. 141-152.

Ramos Torre, Ramón (1994), “Una aproximación a las paradojas de la acción social”, em Emilio Lamo de Espinosa e José Enrique Rodríguez Ibáñez (eds.), *Problemas de la Teoría Social Contemporánea*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS).

Ramos Torre, Ramón (2016), “Contar la crisis: materiales narrativos en la semántica social de la crisis”, *Política y Sociedad*, 53 (2), pp. 331-352.

Ramos Torre, Ramón e Javier Callejo (2016), “Semántica social de la crisis: repertorio de sentido a la mano”, em Benjamín Tejerina e Gabriel Gatti (eds.), *Pensar la Agencia en la Crisis*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS), pp. 35-56.

Roitman, Janet (2014), *Anti-Crisis*, Durham e Londres, Duke University Press.

Schneider, L. (2012), “Ironie perspective and sociological thought”, em Lewis Coser (org.), *The Idea of Social Structure: Papers in Honor of Robert K. Merton*, New Brunswick, Nova Jérsei, Transaction Publishers, pp. 323-338.

Silva, Pedro Adão e (2013), *E Agora? A Crise do Euro, as Falsas Reformas e o Futuro de Portugal*, Lisboa, Clube do Autor.

Swidler, Ann (1986), “Culture in action: symbols and strategies”, *American Sociological Review*, 51 (2), pp. 273-286.

Tönnies, Ferdinand, ([1887] 2009), *Comunidad y Asociación*, Granada, Comares.

Ungar, Sheldon (2000), “Knowledge, ignorance and popular culture: climate change vs. the ozone hole”, *Public Understanding of Science*, 9, pp. 297-312.

Weber, Max ([1905] 1997), *La Ética Protestante y el Espíritu del Capitalismo*, Barcelona, Península.

